

ORGANIZAÇÃO DA COLECÇÃO CARTOGRÁFICA DA FUNDAÇÃO PORTUGUESA DAS COMUNICAÇÕES

Patrícia Maria Ferreira da Silva Salvado de Franco Frazão

Fundação Portuguesa das Comunicações

patricia.salvado@fpc.pt

Resumo

Este artigo tem como objectivo divulgar o fundo de documentação cartográfica, que se encontra à guarda da Fundação Portuguesa das Comunicações e, em particular, a colecção de mapas proveniente da empresa CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal. Trata-se de uma colecção singular que retrata a evolução da rede de comunicações em Portugal, sobretudo, das redes: postal (e as suas múltiplas especificidades como a venda de selos e franquias, a rede das ambulâncias postais, a rede aerpostal, entre outras), telegráfica, radiotelegráfica e telefónica e que são uma importante testemunha da longa e intensa actividade daquela empresa. Ensaaiemos então um breve percurso por alguns destes exemplares.

Palavras-chave: Cartografia temática, Comunicações, Bibliotecas

Abstract

The purpose of this article is to divulge the cartographic documentation centre, under the care of the Fundação Portuguesa das Comunicações and in particular the collection of maps which used to belong to the Portuguese post office, CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal. The collection is unique in that it portrays the evolution of the communications network in Portugal, above all the postal (in all of its many aspects, such as the sale of stamps and franks, the travelling post office (TPO), the air mail network, etc.), telegraph, radiotelegraph and telephone networks which are an important testament to the company's long and intense endeavours. We shall take a brief look at some of these examples.

Keywords: Thematic Maps, Communications, Libraries

1. Breve História da Biblioteca da Fundação Portuguesa das Comunicações (FPC)

Em 4 de Dezembro de 1877 eram publicadas as "Instrucções" emanadas pelo Ministro das Obras Públicas, João Gualberto de Barros e Cunha (Diário do Governo n.º 291, de 22 de Dezembro de 1877), que compreendiam as reformas previstas para a Direcção Geral dos Correios.

No seu artigo 8º determinava que o então Director Geral dos Correios, Guilhermino de Barros, desse início à criação de uma Biblioteca e de um Museu Postais. Logo no primeiro ano, foi a Biblioteca dotada de 400 livros, de temas variados, graças às contribuições de David Corazzi, um importante editor da época.

Com o surgimento da nova Organização dos Correios, Telégrafos, Telefones e Fiscalização das Indústrias Eléctricas, em 1911, a Biblioteca foi enriquecida numa perspectiva de apoio à formação técnica, tendo-se tornado obrigatória a recolha de regulamentos, instruções e demais legislação. Nessa altura recebeu também uma vasta bibliografia de carácter técnico sobre engenharia eletrotécnica, telegrafia, telefonia e electricidade que fora recolhida por Paulo Benjamim Cabral, o Inspetor-geral dos Telégrafos entre 1888 e 1910. Coexistem, assim, na Biblioteca, desde o seu início temas culturais e temas técnicos.

O primeiro regulamento surgiria apenas em 1920, pelo Decreto nº 6822 de 10 de Agosto, e manteve-se em vigor durante várias décadas.

Em Julho de 1973 foi criado o Centro de Documentação e Informação dos CTT, (O.S. 002073CA) com Biblioteca Central e uma rede descentralizada com 11 Núcleos de Documentação espalhados pelo País, para apoiar e dar resposta às necessidades de informação técnica e cultural do conjunto da empresa.

A Fundação Portuguesa das Comunicações (tendo como instituidores: a ANACOM, os CTT – Correios de Portugal e a PT - Portugal Telecom), devido às suas obrigações estatutárias, passou a ser detentora, a

partir de 1997, de grande parte deste património documental que se encontra integrado na sua Biblioteca. Aqui se reuniu também todo o espólio cartográfico do ex-Museu dos CTT que vem sendo aumentado com o legado dos demais Instituidores: a Portugal Telecom, a Anacom, bem como das empresas já extintas como é o caso da APT – The Anglo Portuguese Telephone Company; TLP – Telefones de Lisboa e Porto; Telepac; e CPRM – Companhia Portuguesa Rádio Marconi.

2. A rede postal

As referidas Instruções de 4 de Dezembro de 1877 apontam directrizes muito explícitas para o estudo da distribuição geográfica da rede postal.

O artigo 2.º determina que se dê início ao Dicionário Geographico Postal pois “quazi todos os países da Europa possuem o seu dicionário geographico postal mais ou menos completo”. Os dados a constar nesta obra seriam, por ordem alfabética, todos os locais do país, “sem excluir os logarejos e os casaes”, com indicação da sua localização administrativa, judicial e eclesiástica, da sua população e por último de onde recebe e por onde envia o correio.

O trabalho de condensar num livro toda a informação referente à distribuição territorial do correio culminaria depois no artigo 3º com as orientações para elaboração de um *Mappa Geographico dos Correios*:

elaborado sobre os ultimos trabalhos da commissão geodesica, deve attingir uma escala que o torne perceptivel e claro, e ainda carece de dividir-se em folhas com respeito a cada círculo postal, não só para aumento de escala, mas ainda para ser minucioso. (...) significando por meio de cores vivas as estradas das diversas classes por onde se realisa o transito das malas, e determinando quaes as condições favoraveis que o auxiliam ou os obstaculos que o entorpecem.

Explicitava de forma inequívoca que informação deveria ser tratada (o movimento postal, sua explicação e desenvolvimento) justificando a sua produção como sendo a base necessária para que o governo pudesse analisar e ajuizar o crescimento da rede postal no país.

Esta diretriz mantém-se inalterada ao longo da atividade dos CTT e vai fazer parte da delegação de competências da DET – Direção dos Serviços de Estudo Construção e Conservação (DET), criada em 09 de Janeiro de 1935, pelo Decreto-lei n.º 24:890. Quer quando mudou a designação para a Direção dos Serviços Técnicos (DST), em 10 de Fevereiro de 1947, pelo Decreto-lei nº 36.155, ou em 1967, quando pelo Decreto-lei n.º 47 488, de 09 de Janeiro passou a designar-se Direção dos Serviços de Telecomunicações (DST). Manteve esta última designação até transitar para a nova reforma que originou os Correios e Telecomunicações de Portugal (CTT) em 1969.

Alguns dos mapas elaborados pelo Gabinete de Desenho desta Direção: Mapas Esquemáticos dos Grupos de Redes; Mapa Esquemático da Rede Telegráfica Nacional e Internacional; Mapa das Redes Telefónicas Locais; Mapa da Rede Telefónica Interurbana; Mapa da Rede de Cabos que amarram no Continente, nos Açores e na Madeira; Mapa dos Traçados de Telecomunicações e Cabos; Carta da Divisão do País em Redes Locais, entre outros.



Fig. 1, 2, 3 - Fotografias do Departamento da DSE, (Arquivo Histórico da FPC).

2.1 – O desenvolvimento da rede postal

A atual rede de comunicações veio alterar a nossa noção de tempo e espaço bem como os limites que separam pessoas, comunidades e nações. As antigas formas de comunicar parecem agora pitorescas e tranquilizadoras.

No caso particular do correio, o uso da carta carimbada ou selada, o chamado “snail email”, parece agora lento e ultrapassado, mas, contrariamente a esta ideia criada na época digital, o serviço postal continua diariamente a desempenhar o seu papel de distribuidor, por todo o mundo, mantendo assim a sua primordial função bastante atual.

Mas, de facto, nem sempre assim aconteceu. Nos primeiros séculos da nacionalidade, a troca de mensagens era, em regra, reservada a alguns correios privativos como o caso das universidades e mosteiros na Idade Média e de grandes senhores. Estas redes privadas, por onde circulava a informação, iam sendo aproveitadas por particulares. Com os Descobrimentos, e as trocas comerciais frequentes e regulares, exigia-se um serviço postal eficiente mas também seguro. Assim, em 1520, D. Manuel I publicou a Carta Régia que criava o ofício de Correio-mor. Este era um serviço público e que podia ser utilizado por qualquer cidadão mediante o pagamento do serviço de transporte da correspondência. Para o efeito foram estabelecidas as *estações de posta*, ou seja, pontos fixos nos itinerários por onde passava o correio e onde se fazia a muda dos cavalos. Assim, o chamado correio ordinário ia ganhando uma certa regularidade nos finais do séc. XVI: *corria uma vez por semana para a Beira e Douro e uma vez por mês para Espanha, França, Flandres e Itália* (VILELA, 1991, p. 8).

Em 1606, D. Filipe II vendeu este negócio à família Gomes da Mata por 70 000 cruzados, tornando-se assim um serviço privado que se prolongará até ao reinado de D. Maria I. Em 1797 é criada a Administração das Postas, Correios e Diligências de terra e mar que fica sobre a alçada do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros¹. Com a nomeação de José Diogo de Mascarenhas Neto para Superintendente Geral do Correio e Postas do Reino dá-se início a uma nova dinâmica dos correios recorrendo para isso à publicação de diversa regulamentação para o bom desempenho do serviço público.

A distribuição da correspondência, bastante condicionada pelas más condições das estradas do país, era feita sobretudo a pé ou a cavalo com percursos bem definidos.

Veja-se a título de exemplo *a Mappa dos Correios Assistentes de Portugal sua mutua correspondência. ou giro do Correio entre os mesmos e a Administração Geral de Lisboa*, publicado em 1818 (*Tabella dos Dias de Partida e Chegada dos correios acompanhada de hum mappa que demontra o Giro do Correio e sua mutua correspondência*. Lisboa: Impressão Régia, 1818). (Fig. 4)

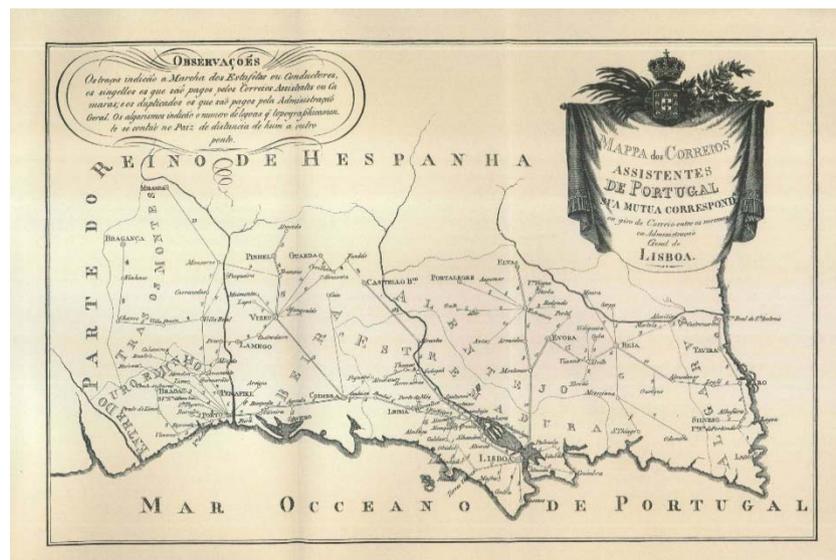


Fig. 4

¹ Alvará com força de lei de 16 de Março de 1797.

Nos finais do séc. XVIII, após a construção da estrada que ligava Lisboa a Coimbra, surge também a primeira carreira da Mala-Posta que melhorou consideravelmente as condições em que se fazia o transporte da correspondência, nomeadamente, em termos de segurança e rapidez. Pelos percursos da Mala-Posta (em diligências) edificaram-se as Estações de Muda, ou aproveitava-se instalações já existentes, onde se fazia a troca dos cavalos e nalgumas podia-se mesmo pernoitar e tomar refeições.

Contudo, face aos tempos conturbados do início do séc. XIX que culminou com a Revolução Liberal de 1820 e com as lutas fratricidas entre liberais e absolutistas, não foi possível melhorar a rede postal que o país tanto necessitava. Isso só veio a acontecer com a reforma fontista, que almejava a modernização do país, passando por melhorar os transportes e as comunicações, com vista ao incremento da agricultura, da indústria e do comércio.

A distribuição do correio ganha novo ímpeto com a construção do caminho-de-ferro e a partir de 1867 começa a funcionar a rede de Ambulâncias Postais Ferroviárias. A carruagem ambulância é uma vulgar carruagem ferroviária cujo espaço no seu interior é destinado à manipulação da correspondência e armazém ou depósito de malas.

Porque a linha férrea não chegava a todas as localidades, em Setembro de 1951, iniciou-se o serviço das auto-ambulâncias agora em veículos automóveis, com percursos médios de 100 km (FREIRE JÚNIOR, 1953, p. 31) e que se iria alargar anos mais tarde a todo o país.



Fig. 5 – Rede de Auto-Ambulâncias (s/d), CTT (Biblioteca, FPC)

Já no séc. XX, em Portugal, depois de vários voos experimentais, como o efetuado em 1926, pela *Société des Lignes Aériennes Latécoère*, em que viajaram por aquela via oito malas postais com destino a Tânger e que chegaram ao seu destino com sucesso, cabe à Companhia "Aero-Portuguesa" a proeza de inaugurar a primeira linha aérea regular Lisboa-Tânger em 1934.

Depois deste voo estreitaram-se as relações comerciais entre os CTT e aquela Companhia, celebrando-se em 8 de Novembro do mesmo ano o primeiro contrato para o transporte de malas-avião.

O desenvolvimento da aviação comercial, face à enorme rapidez que apresenta comparativamente com outras vias, ganha adeptos por todo o mundo, estendendo-se à Ásia e mesmo à Oceania. Mas nem sempre a rede postal ganhou com este desenvolvimento. A coordenação de horários entre a posta interna e a rede aeropostal, bem como a mudança de hábitos, do público em geral, não foi um objetivo logo conseguido, mas com o tempo e face aos fatores como a segurança, a velocidade e a confiança, que a aviação permitia, o transporte das malas postais por aquela via rapidamente fez com que os CTT e outras Administrações postais utilizassem preferencialmente aquela via.

2.2 UPU – União Postal Universal

Com o objetivo de assegurar a organização e o aperfeiçoamento dos serviços postais internacionais foi criada, em 9 de Outubro de 1874, a “União Geral dos Correios” que, em 1878, passou a designar-se União Postal Universal (UPU) e da qual Portugal faz parte.

A expansão universal do correio evidenciava a necessidade de estabelecer regras comuns e fixar princípios que tentassem pelo menos tornar viáveis as relações entre companhias aéreas. Assim, nasceu a “IATA” (*International Air Traffic Association*) para regular a atividade das recentes companhias de tráfego aéreo e incrementar a exploração deste novo meio de transporte. Em relação ao correio aéreo foi o Ministério dos Correios da Alemanha que tomou a iniciativa de publicar o primeiro regulamento completo sobre esta matéria. No entanto a UPU manteve e desenvolveu aspetos particulares da regulamentação internacional do Serviço Postal Aéreo.

Produzidos pela UPU, recebemos a *Carte des Lignes Aéropostales*, Planisphère, de escala variada, edições de: 1949, 1959 e 1953 e a *Carte des Lignes aériennes internes et internationales*, com escala variada e com as seguintes edições: 1935 e 1938. Esta coleção espelha muitíssimo bem o rápido crescimento deste serviço por todo o mundo.

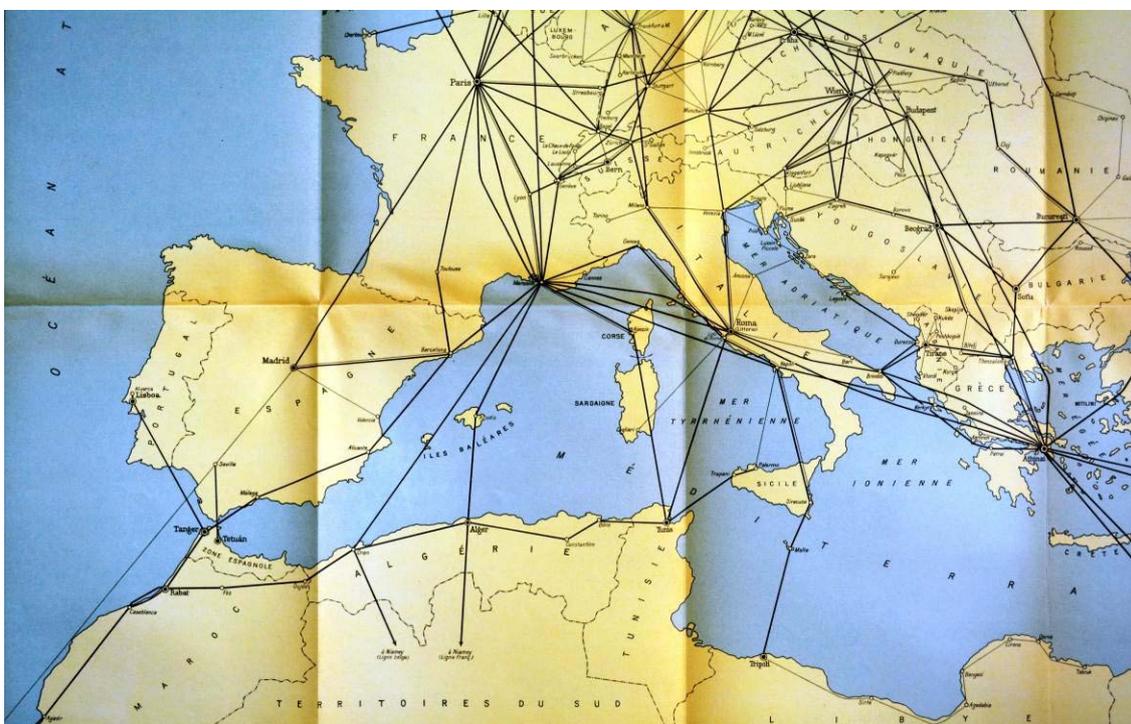


Fig. 6 - *Carte des lignes postales aériennes internes et internationales* Europe 1: 5 000 000, publicada, em 1935, pelo Bureau International de l'Union Postale Universelle (Biblioteca, FPC).

Relativamente à adoção do Código Postal em 1978, que veio permitir a mecanização e automatização da separação do correio, ao invés do processo de distribuição manual da correspondência, existem nesta coleção três mapas: a distribuição do *Código Postal nos Açores e Madeira* 1:100 000; *Código Postal. Indicação dos últimos 3 dígitos* [em Portugal Continental] 1:800 000; *Código Postal da Área do Porto*.

Existe, assim, na FPC uma importante coleção de mapas que testemunha a evolução da rede postal numa área geográfica que compreende, maioritariamente Portugal, mas também a Europa e o Mundo.

Devido ao constante intercâmbio entre administrações postais, nomeadamente de Portugal com outros países, terão chegado até nós alguns mapas da rede postal internacional, como por exemplo: *Mapa Postal de Espana por el Negociado de Cartografía de la Dirección General de Correos Y Telecomunicación*; *Mapa Postal de Bolivia* 1:2 000 000; entre outros.

3. Rede Telegráfica

Em 1864, o Corpo Telegráfico é integrado no Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria que até ali tinha estado sobre a alçada do Ministério da Guerra. Em 1865, no Relatório do Estado das Linhas, estações e do pessoal da Direcção Geral do Telegraphos do Reino (Imprensa Nacional, 1865), constava a seguinte medida que interessa para o caso em concreto:

“o estabelecimento de uma litographia, reclamada há muito, por ser necessário serem litographadas as ordens e circulares da mesma direcção, como parte do grande numero de mappas e outros modelos para serviço das repartições, das secções telegraphicas e das estações, e que antes eram feitos todos na imprensa nacional, mas não nas poucas horas que muitas vezes exigiam o serviço d'esta direcção”.

Depois desta data reuniu-se um número elevado de “mapas”, eventualmente acrescentados com o regulamento de 1892, com o estabelecimento, exploração e fiscalização dos serviços telegráficos, que previa, no seu cap. II, que projetos de linhas telegráficas fossem constituídos pelas seguintes partes: 1.^a memória justificativa e descritiva; 2.^a medição, série de preços e orçamentos; 3.^a planta na escala conveniente do traçado da linha adotado.

Tais instruções terão sido a razão pela qual os CTT detinham uma coleção de mapas relacionada com a rede telegráfica.

Data do início do séc. XIX a entrada da telegrafia óptica em Portugal. O telégrafo de palhetas foi o modelo de telégrafo óptico mais utilizado no nosso país até ao aparecimento da telegrafia elétrica em 1855. A rede telegráfica com a introdução do telégrafo Morse, em 1857, teve franca adesão pela população o que permitiu baixar o custo da sua utilização e aumentar a velocidade de transmissão.

Depois com o telégrafo *Hughes* que permitia imprimir diretamente na fita a mensagem que se queria transmitir e em 1920 com o telégrafo múltiplo de *Baudot*, que autorizava a transmissão simultânea de mais do que uma comunicação, a telegrafia em Portugal democratizou-se e manteve-se em funcionamento por longos anos mesmo quando a rede telefónica já dava os primeiros passos.

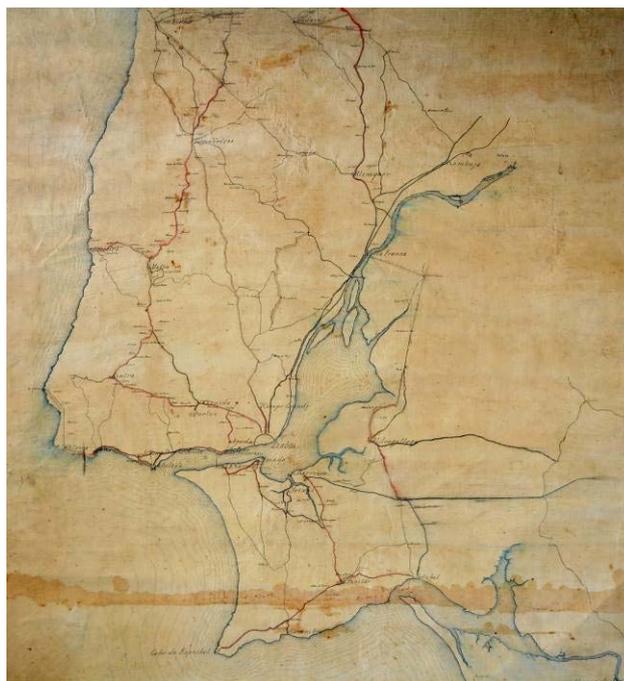


Fig. 7 – [Mapa manuscrito da Rede Telegráfica em Portugal, s/escala, 1911] (Biblioteca, FPC)

Tendo como único obstáculo o mar, que impedia a transmissão de mensagens telegráficas, um dos grandes objetivos dos cientistas do séc. XIX era transpor este *handicap*. O que ocorreu logo em 1850, quando *J. Brett* adaptou uma resina natural, a chamada “gutta-percha”, aplicando-a como isolante dos condutores metálicos. Em 1851 entrou em funcionamento o primeiro cabo submarino por onde se transmitiam mensagens telegráficas, ligando Londres a Paris. Em Portugal no dia 08 de Junho o rei D. Luís recebia a primeira mensagem enviada pela Rainha Vitória, transmitida pelo primeiro-cabo submarino, amarrado em Portugal, que ligava Carcavelos a *Porthcurno*, na Inglaterra.



Fig. 8 - Detalhe da do *Mapa Rede Telegraphica de Portugal*, de Dezembro de 1903, em que se pode observar a quantidade de cabos que partiam de Carcavelos: para Gibraltar, Madeira, Ponta Delgada, *Porthcurno* e Vigo (Biblioteca, FPC).

3.1 A União Telegráfica Internacional

A introdução da telegrafia elétrica na Europa trouxe rapidamente a noção que as comunicações poderiam ir além-fronteiras. Assim, estabeleceram-se convenções entre Estados vizinhos de forma a estabelecer sinergias que conduzissem à ligação das suas redes. A Prússia e a Áustria foram os primeiros países a assinar um tratado em 1849 e em 17 de Maio de 1865 a França convida todos os estados europeus para estarem presentes na primeira Convenção Telegráfica Internacional de forma a negociar um tratado que regulamentasse as relações telegráficas de todos os países da Europa. Estiveram presentes 20 delegados de outros tantos países, estando em representação de Portugal o Eng.º José Vitorino Damásio, então director-geral dos Telégrafos do Reino.

Em 1908 foi criado o *Bureau International de L'Union Télégraphique* que no artigo 58º dos seus estatutos lhe é confinada a tarefa de publicar uma carta das relações telegráficas desenhada e publicada pela Administração francesa e sujeita a revisões periódicas², que seria depois disponibilizada a todos os membros da União.

É através desta orientação que permite ter hoje na FPC as seguintes cartas de comunicações telegráficas: *Carte générale des grandes communications télégraphiques du Monde* – 1 folha – 1:50 000 000 (edições de 18; 1920; 1920-1921; 1922); *Carte des communications télégraphiques du régime extra-européen* – 1 mapa em 4 folhas – s/escala; *Carte des communications télégraphiques du régime européen* – 1 mapa em 4 folhas - avec *Liste des communications télégraphiques internationales du régime européen*.

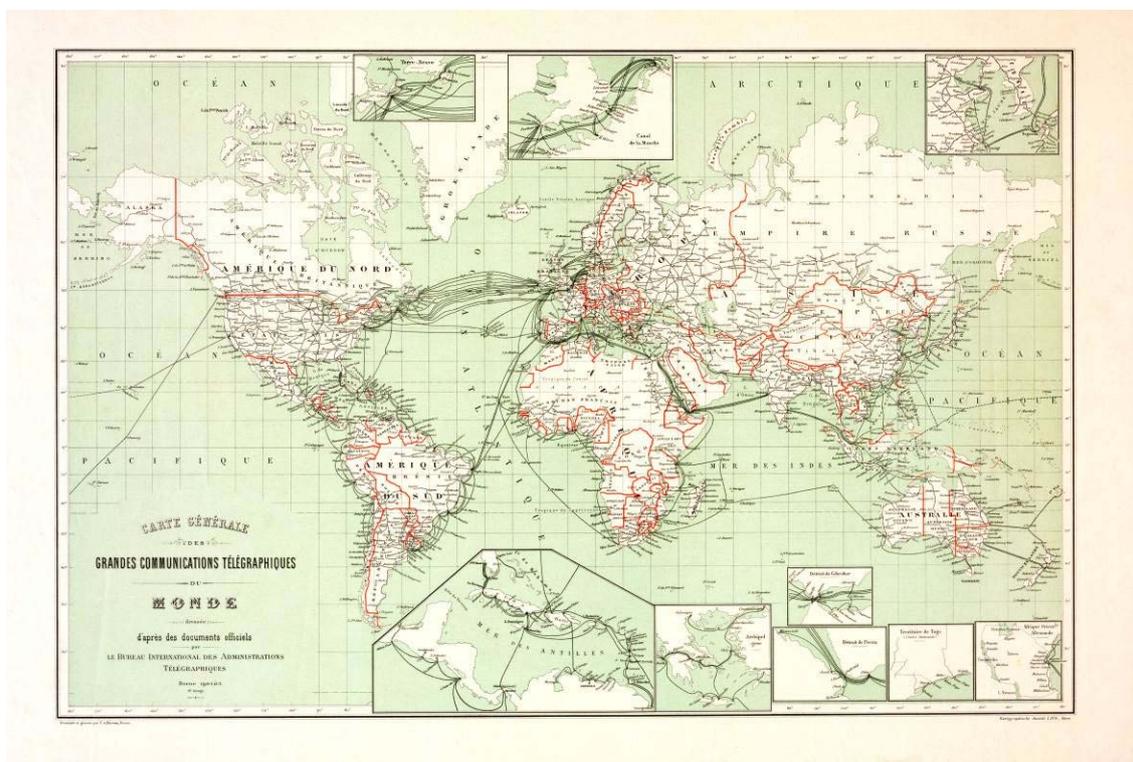


Fig. 9 – *Carte Générale des Grandes Communications Télégraphiques du Monde*. Dressée d'après des documents officiels par le *Bureau International des Administrations télégraphiques*. Berne 1901/03, 2^e tirage (Biblioteca, FPC).

3.2 A Telegrafia sem fios - TSF

O século XIX repleto de conquistas na área da ciência e da tecnologia vê ser registado em 1896, por *Guglielmo Marconi*, a primeira patente em radiotelegrafia. "O invento de Marconi, inicialmente orientado para os serviços marítimos, antevia já as potencialidades da comunicação a longas distâncias por ondas

² Une carte officielle des relations télégraphiques sera dressée et publiée par l'Administration française et soumise à des revisions périodiques

hertzianas" (ROLLO e QUEIROZ, 2007, p. 9). Em 1925 foi constituída em Portugal a Companhia Portuguesa Radio Marconi e em 1926 entrava em funcionamento o Serviço Radiotelegráfico Insular, Ultramarino e Internacional, que permitiu as comunicações com os Açores, a Madeira e mais tarde com outros pontos do mundo.

Constam deste espólio alguns mapas relacionados com as radiocomunicações - "Carte Officielle des Stations Radiotélégraphiques 1:6 500 000 e 1:13 000 000, "Carte des circuits internationaux d'Europe spécialement établis ou aménagés pour transmettre la musique".

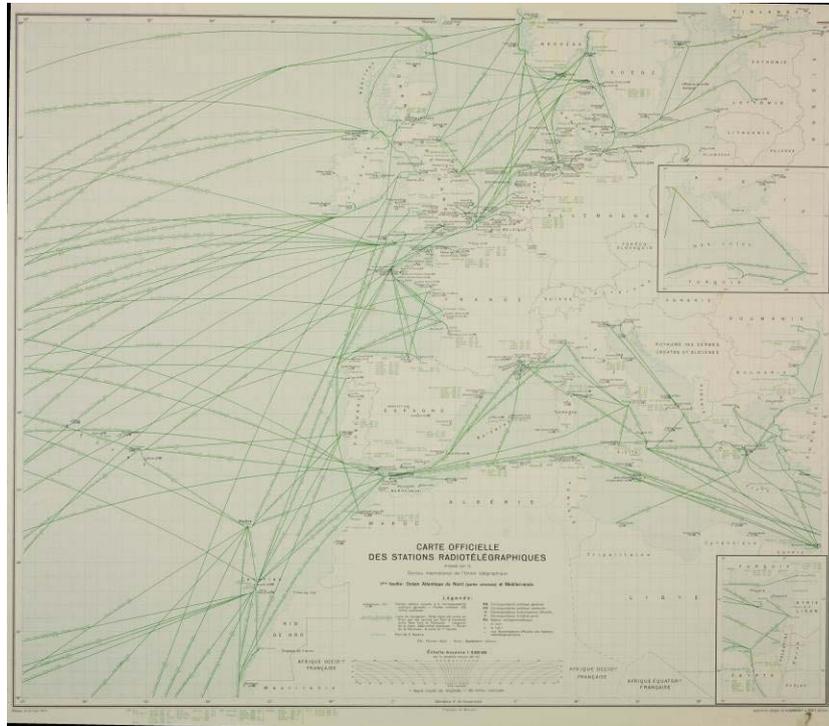


Fig. 10 - Institut Géog. de Kummerly & Frey, Berne - *Carte Officielle des Stations Radiotélégraphiques*, 1ère feuille: Océan Atlantique du Nord (partie orientale) et Méditerranée 1:6 500 000, 1922 (Biblioteca, FPC).



Fig. 11 – MacDonald Grill, Cable & Wireless Great Circle Map, 1945 (Biblioteca, FPC).

4. Rede Telefónica

Em 1876 o Britânico *Alexander Graham Bell* regista a patente do telefone e no decurso de 1877 iniciam-se as primeiras experiências telefónicas em Portugal. Em 1882 o Governo Português celebra com *The Edison Gower Bell Telephone Company of Europe, Ltd*, a concessão do serviço telefónico, que irá explorar as primeiras redes telefónicas nacionais em Lisboa e no Porto, inauguradas neste mesmo ano, “os radiuns d’estas redes serão de 30 kilometros para Lisboa e de 20 kilometros para o Porto”³. Em 1884 já Suas Majestades e Altezas, que se encontravam de luto, podia ouvir a ópera Lauriana através de uma linha telefónica instalada entre o Teatro de S. Carlos e o Palácio da Ajuda. Dava-se início à era das telecomunicações.

Em 1887, o exclusivo da exploração das redes telefónicas de Lisboa e Porto passa para a empresa Britânica *The Anglo Portuguese Telephone Co. Ltd*. Ficando a exploração da rede telefónica do resto do território nacional na dependência do Estado, através da Direcção-Geral dos Correios e Telégrafos. Tendo em 1905 entrado em funcionamento a rede telefónica em Coimbra e Braga a rede crescia, mas lentamente.

Em finais de 1926 existiam em Portugal continental, na rede do Estado: 11 localidades ligadas telefonicamente entre si, 3372 postos telefónicos, servidos por 4.902 Km, de circuitos (locais, regionais e interurbanos).

No mapa da fig. 11 estão representados os circuitos telefónicos mais importantes existentes no final daquele ano.

Em 1930, instala-se a primeira estação automática do país após um período histórico conturbado a revolução de 5 de Outubro de 1910 e a Grande Guerra de 1914 a 1918.

A Grande Guerra terá sido, aliás, um dos motivos, em todos os países, para o aparecimento das listas de espera que chegaram a atingir os 3.000 pedidos de linha telefónica em Portugal (FERREIRA, s/d, p.15).

A procura e o interesse do público por esta forma de comunicar levantam sérios problemas técnicos na área da comutação, isto é, a capacidade de ligar mais do que dois aparelhos ao mesmo tempo numa linha. A solução encontrada foi primeiramente as centrais telefónicas manuais, com a intervenção da telefonista, que recebia a chamada e encaminhava para o recetor desejado. Em 1930, deu-se início à automatização da rede, pela *Anglo-Portuguese Telephone*, com a inauguração da Central da Trindade (em Lisboa), que utilizando o sistema *Strowger* permitiu ligar 7500 linhas. No que diz respeito à rede do Estado a automatização foi mais tardia e obedecia a um plano governamental cujo objetivo principal era a automatização integral do país até ao ano de 1952, tarefa que foi dificultada pela eclosão da II Guerra Mundial.

Da coleção cartográfica constam diversas plantas e mapas relacionados com o desenvolvimento da rede telefónica, como as *Carta da Rede Telefónica de Portugal* 1:250 000 (ed. 1931, 1934, 1939); *Grupo de Rede* 1:50 000 – 1 mapa em 255 fl. (1951 a 1960); *Carta de Portugal. Estatística do tráfego telefónico interurbano expresso em minutos de conversação* 1:800 000 (ed. 1948, 1951, 1954); *Mapa das redes telefónicas* 1:500 000 (1959, 1960, 1961); *Mapa do desenvolvimento telefónico* 1:500 000 (1939, 1944, 1950); *Densidade Telefónica* 1:500 000 (1950), entre outros.

5. Outras colecções

Pelo atrás exposto é fácil entender que o estudo do desenvolvimento das redes exigia um esforço económico e humano enorme para as empresas envolvidas, pelo que todo o conhecimento prévio era uma mais-valia na planificação das redes nacionais de telecomunicações.

Terão sido, assim, adquiridas pelos CTT algumas séries cartográficas e mapas avulsos, que ajudaram na projecção das redes:

³ Diário do governo n.º 219 de 30 de setembro de 1887

A conhecida *Carta Corográfica de Portugal (ou Carta Geral do Reino)* 1:100 000; *Carta Corográfica de Portugal* 1:50 000 e 1:400 000; as *Carta Hipsométrica de Portugal* – Escala 1:500 000 e 1:600 000; a *Carta Geológica do Quaternário de Portugal* 1:1 000 000; a *Carta Geológica de Portugal* 1:20 000, 1:500 000 e 1:50 000, a *Carta Mineira de Portugal* 1:500 000; o *Plano Hidrográfico da Barra do Porto de Lisboa*; a *Carta Topográfica do Pinhal Nacional de Leiria e seus Arredores* (1859); a *Carta dos Arredores de Lisboa* 1:20 000; a *Carta Itinerária de Portugal* 1:250 000; o *Mappa de Portugal com as ilhas adjacentes e Colonias indicando as cidades, villas, aldeias, freguezias, as vias ferreas estradas, paquetes, cabos, as divisões administrativas* 1: 000.000; entre muitos outros.

6. Conclusão

Cientes de que se trata de um fundo cartográfico muito relevante e até desconhecido do público em geral, deu-se início ao processo de tratamento documental e estudo que permitirá a sua divulgação junto do público em geral.

Na fase de arranque de trabalhos, conscientes das particularidades e dificuldades que a organização, tratamento e disponibilização desta tipologia documental acarreta, procurou-se estabelecer contactos com outras Mapotecas de diferentes instituições, por forma a obter alguns esclarecimentos e, deste modo, confirmar e consolidar o percurso técnico e científico empreendido, de que resultou um Protocolo de Colaboração com a Mapoteca do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

O inventário, agora completo, servirá de base de enquadramento e orientação metodológica para as fases seguintes do trabalho: tratamento documental e disponibilização da informação na Base de Dados WinLib (NOVABASE). Já foram iniciadas algumas ações de conservação preventiva que continuarão ao ritmo das subsequentes etapas de tratamento documental.

A presente coleção cartográfica é constituída por documentos produzidos entre 1757 e 1997, impressos e manuscritos, num total de 2331 folhas de mapas, sendo que 35% da coleção recai sobre os mapas produzidos nos CTT.

A disponibilização de um fundo cartográfico com a diversidade e especificidade do que se encontra na FPC constitui um grande desafio, sobretudo no que respeita à organização das coleções e à sua datação, sendo este último aspecto o que mais questões levanta, na medida em que muitos dos mapas foram elaborados, de forma manuscrita, sobre uma base cartográfica oficial impressa e datada, não tendo sido colocada a data da informação manuscrita.

Assim, o correto tratamento deste fundo, para que a informação disponibilizada aos utilizadores seja o mais correta e rigorosa possível, implicará a consulta da informação existente na Biblioteca e Arquivo da FPC, começando pelo ficheiro manual, correspondente a todos os documentos provenientes do ex-Museu dos CTT. Importante será também a investigação a realizar nas questões relacionadas com as menções de responsabilidade dos recursos cartográficos, nomeadamente, na autoria, os intervenientes, etc.

Este espólio espelha, também, o desenvolvimento estratégico assumido por aquelas empresas ao longo do tempo que se reflete, inevitavelmente, na produção cartográfica associada, onde se percebem as memórias dos indivíduos, dos autores e intérpretes da vida empresarial e das comunidades às quais se encontravam indissociavelmente ligados.

A coleção pertencente aos CTT, produzida no contexto empresarial, tal como acontece com os mapas produzidos na PT e na ex-Marconi, são mapas de apoio ao estudo e planeamento das redes, mas também são mapas que facilmente dão origem a outros novos e que, por isso, têm um ciclo de vida perene daí a sua destruição rápida.

Se a documentação produzida nas empresas é vulgarmente apelidada de “literatura cinzenta”, será que poderemos apelidar, igualmente de “cartografia cinzenta” os interessantes recursos cartográficos ali produzidos?

7. Bibliografia

- ALEGRIA, M^a Fernanda. Sobre alguns mapas e estatísticas dos correios portugueses dos fins do século XIX. In *Livro de Homenagem a Orlando Ribeiro*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Vol. 2 p. 159-176.
- ALVES, Jorge Fernandes e VILELA, José Luís. *José Vitorino Damásio e a Telegrafia Eléctrica em Portugal*. Lisboa: Portugal Telecom, 1995.
- ANDRADE E SOUSA, Manuel M. de. *Temas de História Postal: A distribuição domiciliária da correspondência*. Lisboa: Correios e Telecomunicações de Portugal, 1976.
- BARROS, Guilhermino Augusto. *Memória histórica acerca da Telegrafia Eléctrica em Portugal*. 2^a edição. In Separata do Guia Oficial dos CTT. Lisboa: CTT, 1944.
- DIAS, Maria Helena e FEIJÃO, Maria Joaquina. *Glossário para Indexação de Documentos Cartográficos*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995.
- DIRECÇÃO GERAL DOS TELEGRAPHOS DO REINO. *Relatorio do estado das linhas, estações e do pessoal da mesma direcção*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865.
- FERREIRA, Godofredo e FRAGOSO, António. *Centenário das Ambulâncias Postais Portuguesas*. Lisboa: CTT, 1966.
- FERREIRA, Godofredo. *Algumas achegas para a História do correio em Portugal*. Lisboa: CTT, 1964.
- JÚNIOR, Augusto César de Bianchi. *Linhas Aeropostais: rede internacional e redes internas*. Palestra Profissional n.º 33. Lisboa: Edição dos Serviços Culturais dos C.T.T., 1947.
- JÚNIOR, José Mendes Freire. *Aspectos técnicos das Ambulâncias Postais*. Coleção Palestra Profissional n.º 118. Lisboa: Edição dos Serviços Culturais dos C.T.T., 1953.
- MURTEIRA, Sebastião Pedro Ferreira. *Alguns aspectos da evolução dos C.T.T. no campo das telecomunicações*. Coleção Palestra Profissional n.º 74-A. Lisboa: Edição dos Serviços Culturais dos C.T.T., 1950.
- Reformas nos Serviços do Ministério das Obras Públicas Comercio e Indústria*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1869
- ROLLO, Maria Fernanda e QUEIROZ, Maria Inês. *Marconi em Lisboa. Portugal na rede mundial de TSF*. Lisboa: Fundação Portugal Telecom, 2007.
- ROLLO, Maria Fernanda, coordenação e textos. *História das Telecomunicações em Portugal. Da Direcção-Geral dos Telégrafos do Reino à Portugal Telecom*. Lisboa: Tinta da China, 2009.
- SILVEIRINHA, Maria João [et al.]. *Vencer a distância*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações, 2005.
- SUIÇA. Union International des Télécommunications. *Qu'est-ce que l'UIT?* Genève: Union International des Télécommunications, 1979.
- Tabella dos dias da partida e chegada dos correios, acompanhada de hum mappa que demonstra o giro do correio e sua mutua correspondencia*. Lisboa: Imprensa Regia, 1818
- VILELA, José Luís. O correio em Portugal através dos tempos. *História*. Lisboa: Publicações Projornal, Lda., n.º 138, (Março de 1991), p.4-23.

